



Número: **5002850-22.2020.8.13.0480**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas**

Última distribuição : **11/05/2020**

Valor da causa: **R\$ 100.000,00**

Assuntos: **Sistema Único de Saúde (SUS), COVID-19**

Segredo de justiça? **SIM**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MUNICIPIO DE VARJAO DE MINAS (AUTOR)		PAULO HENRIQUE LOPES DE ARAUJO (ADVOGADO)	
LAURO BERTOLDO TRIGUEIRO (RÉU)			
Ministerio Publico (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
114980582	12/05/2020 15:13	Decisão	Decisão



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Justiça de Primeira Instância

Comarca de PATOS DE MINAS / 2ª Vara Cível da Comarca de Patos de Minas

PROCESSO Nº 5002850-22.2020.8.13.0480

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO: [Sistema Único de Saúde (SUS), COVID-19]

AUTOR: MUNICIPIO DE VARJAO DE MINAS

RÉU: LAURO BERTOLDO TRIGUEIRO

Vistos, etc.

Trata-se de uma **AÇÃO ORDINÁRIA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA** ajuizada pelo **MUNICÍPIO DE VARJÃO DE MINAS** em face de **LAURO BERTOLDO TRIGUEIRO** em que o Requerente pretende seja o Requerido compelido a se submeter a isolamento social, uma vez que sua mulher foi diagnosticada com COVID-19 e a equipe médica pediu isolamento de todos os familiares coabitantes da residência. No entanto, o Requerido não vem cumprindo com o isolamento, colocando em risco a população de Varjão de Minas.

É o relatório, decidido.

Inicialmente, cumpre destacar que para se deferir uma Tutela de Urgência é necessário restar comprovados os requisitos do artigo 300 do Código de Processo Civil/15, quais sejam: a probabilidade de direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.

Compulsando os autos, verifico que o documento apresentado ao ID nº 114929241 e seguintes, atestam a infecção da Sra. Luciana Pereira da Silva, bem como coloca o Requerido em isolamento domiciliar até a data de 16 de maio de 2020, juntamente com sua esposa, comprovando aqui, a probabilidade de direito, nos moldes também da Lei 13.979/2020.

O perigo de dano é incontestável, pois se houve um exame atestando a positividade para o COVID-19, a orientação a nível mundial, inclusive da própria lei mencionada acima é o isolamento domiciliar no intuito de não propagar o vírus que já ocasionou mais de 10 mil mortes em um curto espaço de tempo, apenas em território brasileiro.

ANTE AO EXPOSTO, DEFIRO o pedido de **Tutela de Urgência** uma vez que restaram evidenciados em um juízo sumário de cognição os elementos autorizadores do art. 300 do CPC/15, de sorte que determino o isolamento domiciliar do Requerido até o dia 16 de maio de 2020, este inclusive, sob pena de multa diária que arbitro em R\$ 2.000,00 (dois mil reais) limitado até o dia do efetivo término da quarentena, valendo a presente decisão como mandado que deverá ser cumprido imediatamente pelo Requerido.

Ante à impossibilidade de autocomposição nesse momento, cite-se a parte ré para oferecer contestação, no prazo legal, via AR, cientificando-o sobre a revelia e seus efeitos.

Apresentada a contestação, dê-se vista à parte autora para impugnação.

Defiro ainda, os benefícios da justiça gratuita à parte Requerente.

Intime-se.

Patos de Minas, 12 de maio de 2020.

Marcus Caminhas Fasciani

Juiz de Direito

Avenida Padre Almir Neves de Medeiros, 1600, Guanabara, PATOS DE MINAS - MG - CEP: 38701-118

